

COMISSÃO DA VERDADE

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

05/03/2013

COMISSÃO DA VERDADE.

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.

05/03/2013

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Bom dia a todos. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. Audiência pública sobre os casos Isis Dias de Oliveira e Paulo Cesar Botelho Massa, São Paulo, 05/03/2013 auditório Teotônio Vilela.

Está instalada a 17ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva no dia 05/03/2013 na Assembleia Legislativa no auditório Teotônio Vilela para oitiva de depoimento sobre os casos de Isis Dias de Oliveira, Paulo Cesar Botelho Massa, desaparecidos em janeiro de 72.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo pretende realizar todas as audiências abertas ao público em contraposição da Comissão Nacional que faz as suas audiências fechadas. Agora vamos passar a leitura do texto, com a palavra da Amelinha Teles, ‘Verdade e Gênero’. Com a palavra, Amelinha.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Bom dia. Esse texto nós vamos ler durante o mês de março. E acho que todas as audiências que tiverem casos de mulheres.

Verdade e Gênero.

De modo que para contar minha história, aqui estou. Vocês me escutam falar, mas me escutam sentir? Gertrude Comar, escritora judia assassinada na Auschwitz.

A Comissão da Verdade tem como dever investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar, 1964-1985. A

repressão política da época não poupou mulheres e homens que ousaram discordar, divergir, protestar ou ir contra a ordem ditatorial. Enfrentar os desmandos, os autoritarismos, as atrocidades e brutalidades do estado de terror implantado a partir de 1964. A violência empregada pelo Estado impôs a ferro e fogo o silêncio, a censura, a insegurança, incerteza, o pânico e o medo. Impôs para muitas pessoas o exílio, a clandestinidade, o isolamento social e político. Os militantes políticos viviam sobtensão intensa. Risco de sequestro, tortura, assassinato e pairava a figura sinistra do desaparecimento forçado. Há uma lista de pelo menos 500 pessoas mortas, assassinadas pela ditadura. Dentre elas há aquelas cujos corpos não foram entregues para que seus familiares pudessem sepulta-los. As desigualdades históricas entre homens e mulheres foram reelaboradas e aprofundadas pela ditadura que não admitia em nenhuma hipótese que mulheres desenvolvessem ações não condizentes com os estereótipos femininos de submissão, dependência e falta de iniciativa. As mulheres militantes políticas da época subverteram a ordem patriarcal tão solidamente acomodada na ideologia ditatorial. Ao ingressarem para as lutas da agressão política das mais diversas maneiras, as mulheres pegaram em armas ou apoiaram ações políticas de protesto, armadas ou não, mantiveram a segurança de aparelhos que escondiam a militância e o material de luta, participaram da imprensa clandestina, escreveram, fizeram funcionar as gráficas e distribuíram as publicações produzidas de forma artesanal e em condições muito precárias. Cuidaram da saúde e da militância de familiares. Tiveram suas crianças na clandestinidade e nas prisões. Viram suas crianças expostas às sessões de torturas, ameaçadas ou mesmo torturadas. Sofreram abortos dolorosos devido aos espancamentos e chutes dos torturadores.

Foram impedidas de amamentar seus bebês nos cárceres, menstruaram de formas excessivas ou escassas conforme as sessões de tortura. Foram estupradas e sofreram violência sexual. Tiveram seus corpos nus expostos para os torturadores espancá-los, queimá-los com pontas de cigarros ou com choques elétricos, enfiar fios elétricos em suas vaginas e anus, arrebentar seus mamilos e cometer estupros.

Houve militantes que foram assassinadas, cujos cadáveres em muitos casos encontram-se desaparecidos até os dias atuais. Muitas dessas mulheres foram levadas a morte por um assassinato friamente calculado, com atos de estupro, mutilação inclusive genital. Outras foram assassinadas com o uso da coroa de cristo como era chamado um

método de tortura que por meio de emprego de uma cinta de aço apertava-se o crânio até esmagá-lo. Outras foram mortas em acidentes estrategicamente planejados como foi o caso de Zuzu Angel que denunciou insistentemente o desaparecimento de seu filho, Stuart Angel Jones. Outros enlouqueceram como resultado de tamanha dor e perseguição policial.

Houve muitas e muitas que lutaram pelo anonimato. Para que se alcance a verdade, a história terá que trazer a tona participação. Ao buscar a verdade, a Comissão da Verdade deve analisar os fatos e suas circunstâncias, em uma perspectiva de gênero, ou seja, considerando que as desigualdades entre os sexos levaram a consequências e sequelas distintas entre mulheres e homens em decorrência das brutalidades cometidas pela ditadura militar.

Só assim a história poderá fazer justiça às mulheres, a parcela mais esquecida e menos visível da humanidade. Não basta ouvir as mulheres. Será preciso senti-la em toda a dimensão das suas ações. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vai fazer um de cada vez, Isis primeiro.

Eles vão centrar na sua pessoa lendo o texto, mais importante do que na tela é a sua imagem lendo o texto.

A SRA. VIVIAN MENDES – Bom dia a todos e todas. Sou Vivian Mendes. Sou assessora técnica da Comissão da Verdade de São Paulo. Isis Dias de Oliveira, desaparecida em 30 de janeiro de 1972, nascida em 29 de agosto de 41, em São Paulo. Militava na organização política Ação Libertadora Nacional, ALN. Dados biográficos. Nasceu em 29 de agosto de 41 em São Paulo, filha de Edmundo de Oliveira e Felícia Mardini de Oliveira. Estudava piano e fez curso de pintura da Fundação Álvares Penteado. Em 1965 fez curso de Ciências Sociais na (ininteligível) da USP e foi morar

no CRUSP. Em 1967 passou a trabalhar no cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia e casou-se com José Luiz Del Roio, também militante da ALN de quem separou-se posteriormente. No primeiro semestre daquele ano trancou sua matrícula no terceiro ano do curso. Em 1968 viajou para Cuba onde realizou treinamento de guerrilha. No fim de 1969 voltou clandestinamente ao Brasil e em junho de 1970 se transferiu para a cidade do Rio de Janeiro.

Isis figurou em seis processos no qual foi julgada a revelia. Foi acusada de ter assaltado o hospital da ordem terceira da penitenciária do Rio de Janeiro, de ter depredado dois postos de gasolina onde se encontravam cartazes de militantes políticos procurados pela polícia. De ter participado ao assalto do Bradesco da Rua Miguel Lemos no qual foi referida sem gravidade. Em três processos foi absolvida e os demais foram arquivados por insuficiência de provas. Em sua homenagem a casa onde Isis passou parte de sua vida no Alto da Lapa em São Paulo, desde setembro de 1997 tem o seu nome. As cidades do Rio de Janeiro e Recife em Pernambuco também a homenagearam dando os seus nomes em bairros de Recreio dos Bandeirantes e Macaxeira, respectivamente.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Em 30 de janeiro de 1972 Isis Dias de Oliveira e Paulo Cesar Massa que também era militante da ALN, foram presos e levados para o DOI-CODI no Rio de Janeiro. Eram companheiros de militância e viviam clandestinos na mesma casa.

Desde esse dia, Isis não apareceu em encontros marcados com os companheiros. A família de Isis a procurou em unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em prisões e em arquivos de 13 cemitérios controlados pela Santa Casa de Misericórdia e outros em Caxias, Nilópolis, São João do Miriti, Itaguaí e São Gonçalo, cidades fluminenses. O texto de Felícia Mardini retrata uma história semelhante a diversas mães de desaparecidos.

‘Em 16 de junho de 1970 Isis foi morar no Rio de Janeiro. A princípio vinha sempre visitar-nos em São Paulo. Outras vezes nós a encontrávamos no Rio de Janeiro em lugares pré-combinados. Um dia ao despedir-se ela disse, mãe, se alguma coisa me acontecer, uma companheira dará a notícia para vocês. Eu fiquei muito nervosa com essa informação. No dia seguinte, conforme combinado, eu fui ao seu encontro. Esperei

por várias horas. Isis não apareceu. Nunca mais a vi. Em 22 de novembro de 1971 Isis fez um telefonema para a casa de um vizinho chamando-me. Disse não ter sido possível ir ao meu encontro conforme combinado, mas que tudo estava bem com ela. Foi à última vez que ouvi sua voz.

Em 23 de janeiro de 72 Isis encontrava-se em apuros. Chegou pela madrugada em casa de uns amigos de Niterói. Dormiu e passou o dia lá. Fez um curativo de um ferimento que tinha no pescoço, indo embora no final da tarde. O nosso amigo foi com ela até as barcas. Foi à última pessoa a ver Isis. Em quatro de fevereiro de 1972 meu marido recebeu em seu escritório um telefonema de uma moça dizendo, Isis foi presa no Rio de Janeiro pelo 1º Exército, vocês devem tomar providências para localizá-la porque ela corre perigo de vida.

Mais tarde soubemos que a autora do telefonema era a companheira de Isis, Aurora Maria do Nascimento Furtado, posteriormente assassinada pela repressão que fora também colega de Isis aqui na USP.

Em 10 de fevereiro de 72 a advogada Eni Raimundo Moreira, que fora contratada pelo meu marido impetrou um habeas corpus em favor de Isis. Negaram sua prisão. Ao todo foram cinco habeas corpus. A resposta a partir do 3º era, Isis de Oliveira encontra-se foragida.

Sua mãe conseguiu apurar parte do trânsito de Isis pelos órgãos de repressão. Em meados de fevereiro de 72 esteve presa no DOI-CODI do Rio de Janeiro, março de 72 quando era transferida do Rio de Janeiro para São Paulo juntamente com outros presos, foi desligada desse grupo por apresentar problemas renais, no mesmo mês de março pelos mesmos problemas renais, esteve hospitalizada em São Paulo. Ainda no mês de março foi transferida para a base aérea de Cumbica, São Paulo. Em 13 de abril de 72, uma assistente social, Maria do Carmo de Oliveira lotada no Hospital da Marinha na Ilha das Cobras no Rio de Janeiro, informa a mim e a minha sobrinha Sonia, Isis Dias de Oliveira foi presa pelo 1º Exército com duas identidades. Encontra-se incomunicável na Ilha das Flores. Essa informação Maria do Carmo recebeu por telefone de um primo lotado no serviço de telex do 1º Exército. No dia seguinte, Maria do Carmo, eu e minha sobrinha Sonia fomos intimadas a comparecer no 1º Exército. Lá nos atendeu um Coronel e o primo de Maria do Carmo. Alegaram que foi um

lamentável engano. Logo em seguida a Dra. Eni esteve na Ilha das Flores onde foi negada sua presença. Eu estive duas vezes na Ilha sem nada conseguir. Mas foi lá que conheci Leda Medeiros, esposa de Jorge Medeiros. Leda me falou ter conhecimento de uma família denominada Massa. Foi assim que eu cheguei até a família de Paulo Cesar Botelho Massa, companheiro de Isis que teria sido preso antes de minha filha.

Paulo Cesar Botelho Massa, desaparecido político filho do General Cristovam Massa e sobrinho de mais três Generais e desaparecido como Isis, sem nenhuma informação a mais.

Em 21 de junho de 72 soubemos que Isis estivera no CENIMAR, de lá teria sido transferida para o aeroporto de Campos dos Afonsos no Rio de Janeiro. Em 20 de fevereiro de 74 um conhecido do meu marido que atuava com seguros e também no Dops prometia conseguir informações de Isis para nós. Chegamos de uma excursão de turismo no exterior. Disse que a guia que acompanhou na cidade de Londres era uma brasileira de nome Iris. E que tinha tudo para ser Isis. Mostrou fotos da Isis para outras pessoas que participavam da excursão. Todos acharam que de fato podia ser Isis. Meu marido havia sofrido uma cirurgia cardíaca então eu e meu filho não tivemos outra alternativa senão tirar tudo a limpo. Em quatro de março de 74 viajamos para Londres e encontramos a moça que trabalhava na Agência de Turismo Meliá Marsan, realmente era uma brasileira e nada mais. Não tinha nada a ver com a nossa filha Isis.

Nós chegamos a triste conclusão que toda essa série de desinformações serviam a um objetivo específico que era de confundir-nos e reaver-nos a cada sinal, uma esperança. Cartas, foram escritas muitas. Eu as escrevi com sacrifício para poupar meu marido que havia sofrido um grave infarto do miocárdio. Com o passar do tempo fui vendo que os destinatários eram os mesmos a quem as outras famílias de desaparecidos políticos escreviam, Presidente da República, Ministros das três armas, Comandante do I e do II Exércitos, OAB, OEA, ONU, Anistia Internacional, Arcebispo do Rio de Janeiro e de São Paulo. Foram tantas as cartas e inúteis que não gosto de lembrar. Só não esquecerei uma em especial, pelo trabalho e pela satisfação que me deu.

Nós, familiares dos presos políticos desaparecidos, pedíamos informações ao Governo, sobre o destino dos nossos parentes. Quando o Ministro da Justiça, através do líder José Bonifácio, vem de público enumerar uma série de delitos praticados por eles.

Eu não me conformei com aquelas informações. Achei que era o fim de tudo. Nós queríamos saber o paradeiro deles e não o que eles haviam praticado. Escrevi uma carta de contestação. Mas, como publicar minha carta? A censura não respeitava nem o malote dos Deputados. Não tive dúvidas. Fui pelo caminho mais longo, mas o que me pareceu seguro. Viajei 20 horas até Brasília para entregar minha carta ao Deputado Lisâneas Maciel. O Deputado Lisâneas não se encontrava em Brasília, entreguei então a minha carta em mãos do Deputado Fernando Lira. Mais 20 horas de volta. No meio do caminho, em uma parada de ônibus, comprei um jornal 'O Estado de São Paulo'. Lá estava a minha carta publicada. Valeu-me uma grande satisfação no momento. Mas foi só. Porque até hoje estou esperando saber o que eles fizeram com minha filha Isis. .

Informações dadas por agentes policiais publicadas na imprensa. A morte de Isis e Paulo e de mais outros 10 desaparecidos foi confirmada pelo General Adir Fiúza de Castro quando as declarações foram publicadas em off, em 28/01/79 em matéria do jornalista Antonio Henrique Lago na Folha de São Paulo. Fiúza de Castro foi criador e primeiro chefe do CIE, chefe do DOI-CODI do 1º Exército, Comandante da Polícia Militar no Rio de Janeiro e depois da 6ª Região Militar. Em oito de abril de 87 a revista Isto É na matéria "Longe do Ponto Final", traz declarações de Amílcar Lobo que reconheceu Isis no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data. No Arquivo do DOPS/PR, em uma gaveta com a identificação: "falecidos" foi encontrada sua ficha.

Informações retiradas do dossiê Ditadura, Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil, 64 a 85 do IL.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Como só tem os familiares da Isis para depor, vamos aproveitar o ensejo para fazer a leitura do memorial do Paulo Botelho Massa, e aí a gente passa a compor a mesa.

Espera um minutinho que essa parte introdutória eles fazem uma introdução especial.

A SRA. THAÍS BARRETO – Bom dia a todos. Meu nome é Thaís Barreto, vou ler aqui o memorial do Paulo Cesar Botelho Massa.

Paulo Cesar Botelho Massa, desaparecido em 30 de janeiro de 1972. Data de nascimento, 05/10/1945. Local de nascimento, Rio de Janeiro Brasil. organização política Ação Libertadora Nacional ALN. Dados biográficos. Nasceu em 05/10/1945 no Rio de Janeiro. Filho de Cristovan Massa, e Laís Maria Botelho Massa. Aos 16 anos foi aprovado em concurso público para o Banco do Brasil onde foi trabalhar após cumprir o serviço militar na Agência Paranaguá em 1965. Em 1968 iniciou o curso de Ciências Econômicas na antiga universidade do Estado da Guanabara hoje UERJ, vindo participar do diretório acadêmico e do movimento estudantil. Em 20 de março de 1969 pela sua participação no movimento estudantil foi preso do Dops do Rio de Janeiro para averiguações. Respondeu a vários processos sendo absolvido em todos eles. Em junho de 1971 saiu de casa e foi morar com os companheiros, já como militante da ALN. Em 15 de novembro desligou-se do Banco do Brasil e passou a viver na clandestinidade. Mesmo assim continua a frequentar a casa dos seus pais. Por ter o pai e mais três tios Generais, seus companheiros lhe deram o apelido de General.

Um dia antes de sua prisão fez uma visita aos pais. Desde então seus pais passaram a organizar um dossiê com informações sobre o filho desaparecido encerrado em 31 de maio de 1989. Em sua homenagem a cidade do Rio de Janeiro deu o seu nome a uma Praça na Barra da Tijuca e a cidade de São Paulo a uma Rua no Jardim Guanambu. Foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência pelo Grupo Tortura Nunca Mais no Rio de Janeiro em 01/04/1993.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. Em 30/01/1972 Isis Dias de Oliveira e Paulo Cesar Massa foram presos e levados para o DOI-CODI no Rio de Janeiro. Eram companheiros de militância e viviam clandestinos na mesma casa. Dois dias após a sua prisão, agentes do Dops do Rio de Janeiro estiveram na casa dos pais de Paulo, a pretexto de buscarem uma metralhadora e levaram roupa de baixo dele, o que para sua mãe foi um forte indício de sua prisão. Desde então seus pais iniciaram a busca de informações sobre o seu paradeiro, mas só souberam de sua prisão por meio de Robson Graci, um vizinho que também esteve preso no DOI-CODI do Rio de Janeiro entre

fevereiro e maio de 1972. O chefe do grupo policial que foi à casa dos pais de Paulo Cesar deu um cartão com o nome de Otávio K. Filho, que depois descobriram tratar-se de um nome falso. Os policiais ao saírem do apartamento dos pais de Paulo Cesar, foram ao apartamento de Robson Graci e o prenderam com mais quatro pessoas. Sua esposa, seu cunhado, a empregada e um irmão. Em 28 de março de 1972 a televisão mostrou um retrato de Paulo Massa dando-o como procurado pelos órgãos de repressão. No dia seguinte, o jornal última hora divulgou a mesma informação. Desde então a família de Paulo e Isis não obtiveram nenhuma informação oficial sobre a prisão ou a morte de qualquer um dos dois militantes. Seus nomes constam na lista de desaparecidos políticos do Anexo Um da Lei 9.140/95.

Informações dadas por agentes policiais publicadas na imprensa. A morte de Isis e Paulo e de mais outros 10 desaparecidos foi confirmada pelo General Adir Fiúza de Castro quando as declarações foram publicadas em off, em 28/01/79 em matéria do jornalista Antonio Henrique Lago na Folha de São Paulo. Fiúza de Castro foi criador e primeiro chefe do CIE, chefe do DOI-CODI do 1º Exército, Comandante da Polícia Militar no Rio de Janeiro e depois da 6ª Região Militar.

A revista Veja de 11/02/1987 em matéria sobre a investigação do assassinato do jornalista Alexandre Von Baumgarten, intitulava 'Caso Enterrado', referiu-se ao desaparecimento político de Paulo Cesar. Na ocasião o General Massa, seu pai com 74 anos foi a Secretaria de Segurança Pública com o objetivo de interpelar o Coronel Homem de Carvalho, Comandante da Polícia do Exército a época, do desaparecimento de seu filho. Sem uma resposta concreta o General Massa saiu decepcionado do encontro com o Coronel dizendo que fez tudo que um pai faria para localizar um filho.

Sua mãe leu um discurso na sede da Agência Brasileira de Inteligência no Rio de Janeiro em 01/04/1993, por ocasião da entrega da Medalha Chico Mendes de Resistência do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

Junto com ela encontrava-se o pai de Paulo Cesar. Os dois escreveram a carta em homenagem ao filho.

A carta.

‘Ei-nos aqui, pai e mãe de Paulo Cesar. Nesse momento não estamos trazendo pelas mãos o nosso menino. O caçula de olhos claros e cabelos anelados. Tampouco estou voltando ao passado para reencontrar Paulo Cesar, sensível criança que aos nove anos de idade no dia das mães teve sua carta premiada em segundo lugar entre 14 mil cartas de crianças cariocas. E o prêmio, queria ele, uma saia nova e bonita para a mãe trabalhar. Hoje estamos aqui para reverenciar a memória do nosso amado filho que o Grupo Tortura Nunca Mais escolheu para receber a Medalha Chico Mendes, não mais o menininho, não mais o jovem rebelado contra as injustiças sociais e as amargas estruturas políticas da época que algemavam o nosso país. Agora o homem Paulo Sergio Botelho Massa. Aquele que soube defender o seu ponto de vista com a coragem dos que creem. E crer, Senhores, é a essência da vida. Quem não crê, não quer, não luta, morre por antecipação.

Paulo Cesar já é nome de praça pública no Pontal de Sernambetiba na cidade do Rio de Janeiro, ao lado de ruas com nomes de companheiros seus que lutaram e morreram na vanguarda da resistência democrática, na década de 70. Queremos deixar diante de todos o testemunho do nosso amor por Paulo Cesar e pela pátria. Por esse Brasil a quem ele, consciente, deliberava dignamente, fez doação do seu bem maior, a vida.

A família Massa tem tradição no Exército Brasileiro. Quatro irmãos do General Cristovam Massa chegaram a patente de General. Otávio, Demóstenes, Adalberto e Otaviano. Esses dois últimos se encontravam na ativa quando Paulo Cesar desapareceu. Sua mãe Laís, chegou a procurar Dulce Figueiredo, a esposa do General João Batista Figueiredo, chefe do SNI a época, mas não obteve nenhuma informação sobre seu filho. Laís desabafou, conhecimentos, amizades, companheirismos de farda e laços de famílias não foram suficientes para ajudar a encontrar Paulo Cesar. Tantas portas estiveram fechadas para nossa dor’.

As informações foram tiradas do dossiê mortos e desaparecidos políticos no Brasil, e do Instituto de Estudo sobre Violência do Estado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado Thais. Então nós vamos constituir a mesa. Vamos convidar inicialmente os irmãos da Isis para vir para cá, primeiro o José Carlos Dias de Oliveira, irmão da Isis, o Dimas de Oliveira, fica um de cada lado aqui. Depois o José Luiz Del Roio, que foi o companheiro da Isis. Eu queria convidar, acabou de chegar, uma grande amiga da Isis e importantíssima para essa tomada de depoimentos, a Sonia Irene do Carmo. Por favor, Sonia. Fica ao lado do José Luiz. E convidar um jovem, o Rafael Pacheco Marinho do Centro Acadêmico dos Estudantes Sociais, que tem o nome da Isis Dias de Oliveira, porque a Isis era estudante. Rafael, senta ao lado da irmã da Isis.

Era bom o José Luiz começar. Os irmãos. Você faz uma fala mais... Quem começa?

O SR. DIMAS DIAS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Dimas Dias de Oliveira, irmão de Isis.

Sabe, a gente está à procura da minha irmã, de informações da minha irmã há muitos anos. Então, nesse aspecto a vida foi muito dura, especialmente para minha mãe e meu pai. Muito poucas informações a gente tem a respeito daqueles dias que ela foi presa e tudo. E temos muitas informações sobre o que aconteceu depois. A procura dela, o que minha mãe, o que meu pai fez, mas especialmente minha mãe. Ela dedicou o restante de sua vida a causa da Isis. Uma coisa é a gente perder uma pessoa querida que morreu, é a vida, um dia a gente vai morrer e tudo. Então, a gente vai lá, enterra a pessoa, sabe que, bom...

Outra coisa, é muito dolorido, um sentimento de falta, uma lacuna enorme quando a gente não está vendo o corpo de uma pessoa. Então, é muito diferente. Imagina esse sentimento, se para mim é forte, imagina para minha mãe e para o meu pai. Então, é com expectativa, com muita ansiedade, muita esperança que a gente vê. Começa a ascender uma luz nesse túnel aonde finalmente a gente venha a ter uma notícia dela. Uma notícia mais concreta. Há muitas informações. A maioria delas é partindo dos familiares. Agora, ao contrário, do outro lado oficial, o José Luiz Del Roio

outro dia trouxe uma notícia, já constava, estava ali preto no branco que ela tinha morrido. Talvez, primeira notícia sobre esse aspecto.

Queria acrescentar mais uma coisa. Minha mãe, mas em particular minha irmã também foram alvo de algumas homenagens, mas tem uma em particular que me toca muito, porque foi feita por jovens. Então a gente tem esperança de que o ideal, o idealismo, a procura de uma coisa um pouco mais de justiça social, ainda está presente na juventude, foi quando o grêmio, o Centro Acadêmico, eu falo Grêmio porque onde eu estudei na Politécnica, o Centro Acadêmico de Ciências Sociais deu o nome a Isis. Então, eu via naquele auditório, naquele pessoal, uma meninada, uma juventude que me pareceu que eles poderiam, eu acho que tinham um idealismo ainda de ver alguma coisa diferente, para em termos de justiça social, sei lá. Alguma coisa assim. E lembrar como eu comentei aquele dia, que na praça onde foi dado o nome dela, tem alguma coisa assim, quando eu não puder mais falar, vocês falarão por mim. Eu acho que é uma frase de esperança para histórias como a da Isis e de centenas de pessoas, não sejam esquecidas. Era isso que eu queria dizer e agradecer a atenção e a paciência de vocês. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos lá. Deixa eu começar a fazer uma recomposição da vida dela, porque a gente sempre fala do fim, do desaparecimento da trajetória da sua mãe e de vocês que assumiram a posição da sua mãe. Mas embora também esteja a Sonia aqui hoje que era amiga dela, vamos começar a falar da vida da Isis, e de vocês. Vocês começaram a falar que são da Escola Politécnica. Queria que vocês, os dois irmãos comessem um pouco contando a história de onde vocês vieram, onde vocês estudaram, como é que ela entrou na militância. Ontem eu estava prestando atenção quando eu cheguei em casa, no noticiário que é uma coisa de repercussão nacional o caso desse moço que era goleiro do flamengo, que eles mataram a companheira dele e desapareceram com o corpo. E tem uma série de policiais envolvidos, e a orientação que eles tinham é, não havendo corpo não há crime. Então, isso é um comportamento de marginais. E eu fiquei fazendo uma associação que o Estado brasileiro, embora as pessoas digam que é uma pequena fração

dos militares, agiu como o grupo de marginais que assumiu o poder, que fez com que as pessoas desaparecessem sem devolver o corpo aos seus familiares e dizer, não há corpo, não há crime.

Então, enquanto esses corpos não aparecerem, não foram devolvidos, nós acreditamos que a ditadura não acabou. A ditadura só vai acabar o dia que os casos forem esclarecidos e as famílias puderem enterrar seus entes queridos. Então, vamos falar um pouquinho. Eu sei que é muito duro, muito difícil, eu também tenho até dificuldade de fazer essas perguntas por que conheci sua mãe, e tudo, mas acho que é importante nesse testemunhal a gente falar da vida da Isis. Da Isis, de vocês, da vida e do ambiente que vocês se criaram, do ambiente de militância conjunta, é possível?

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS DE OLIVEIRA – Eu começaria dizendo o seguinte, da origem. Minha mãe e meu pai. Meu pai vinha de uma família desestruturada, a minha mãe, filha de paraguaio e paraguaia. Ela com mais três irmãs viviam praticamente na fronteira do Brasil com o Paraguai. Minha avó teve filhos no Paraguai. Então, lembra um pouquinho a vida de fronteira, quatro ou cinco mulheres, então conseguiram graças ao esforço e trabalho dessa mulherada toda, fugirem de uma coisa que era muito comum naquela época e acho que é ainda, a prostituição.

Então, vieram para São Paulo, trabalharam, conheceram meu pai e se entenderam. E tanto um como o outro quiseram ter uma vida bem mais estruturada talvez. Meu pai era securitário, trabalhava com seguros, e minha mãe trabalhava como costureira.

Falando da Isis um pouquinho. Desde o início meu pai tinha uma preocupação maior com ela do que com a gente, filhos, por ela ser mulher. E queria dar a ela um estudo, o melhor possível. Então, na época um dos colégios que tinha de nome aqui em São Paulo, era o Colégio Santa Marcelina. E lá foi a Isis estudar, com um bruto sacrifício financeiro do meu pai, estudar no Colégio Santa Marcelina. É um colégio católico de irmãs.

Então, paralelamente a isso, a Isis começou a estudar piano, se desenvolveu, tinha o dom para a música, chegou a se formar Professora, não sei, e aí veio um pouco à preocupação com o meu pai. Houve uma ocasião, e a gente tem que lembrar que nessa ocasião, nesse período, a situação da mulher. Estava saindo à pílula, a liberação, libertação, sei lá o nome que se pode dar, a essa fase conturbada. Estava explodindo muita coisa e principalmente com relação às mulheres. E começou a haver muito atrito entre meu pai, minha mãe e minha irmã, porque minha irmã queria liberdade. Queria sair e voltar a hora que quisesse para casa, e meu pai não queria.

Saiu o conflito, foi morar fora, foi para o CRUSP. Foi depois para... E meu pai dando assistência para ela. Deu o tempo todo, junto com ela, embora ela queria ter a vida dela, teve, e ele dando assistência. Mais tarde ela entrou na Ação Popular, e ela entrou em um, começou...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Não se preocupa, fala do seu jeito. É melhor a parte mais natural da coisa do que...

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS DE OLIVEIRA- Então começou, vamos dizer a tomar contato com uma outra visão do mundo, então, a visão política. E aí então foi onde o José Luiz dá mais detalhes também, porque eu não lembro direito.

Então é isso. Era uma menina que desde cedo não se conformava muito não. Pode parecer até um pouco... Com a desigualdade social que havia, então, tinha uma certa preocupação isso bem antes de começar sua militância política.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quantos anos ela tinha quando ela foi para o CRUSP?

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS DE OLIVEIRA- Não lembro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você é o irmão mais velho?

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS DE OLIVEIRA- Sou o irmão mais velho.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você entrou na Poli?

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS DE OLIVEIRA- Entrei na Poli.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Antes de ela entrar nas Sociais?

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS DE OLIVEIRA- Antes de ela entrar.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E ela foi para o CRUSP quando ela já tinha feito vestibular. Quando ela entrou na Faculdade?

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS DE OLIVEIRA- Eu acho que foi em torno, o José Luiz deve saber melhor.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Ela entrou na Faculdade em 65.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Entrou em 65 e já foi morar no CRUSP?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Logo depois, um tempo depois ela foi para o CRUSP.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você era colega de turma?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Eu era.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Da mesma sala.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS DE OLIVEIRA- Eu encerraria então aqui, agora passando para o meu irmão, para o José Luiz ou para a Sonia. Eu agradeço bastante à atenção de vocês. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quem começa?

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Eu quero falar. Preciso daquele microfone ou basta esse?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Com esse microfone você fica curvado. Agora esse aí você fica na posição que você se sentir melhor.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Obrigado pelo respeito pela idade. Eu me chamo José Luiz Del Roio e quero começar agradecendo a essa casa por criar a Comissão da Verdade relativa do Estado de São Paulo. Tenho que agradecer ao ilustre Deputado Adriano Diogo, membro da Comissão dos Direitos Humanos da casa, e também membro da Comissão da Verdade. Tenho que agradecê-lo não só pelo que ele faz nesses quatro muros, mas pelo que faz também nas ruas, nas praças. Mas agradeço também a sua assessoria. Na sua assessoria existem jovens bravos, existem infelizmente para eles, mais vítimas. Vítimas muito pesadas da época da ditadura. A eles também o meu agradecimento. Eu vou falar, como sempre falarei pouco. Mereceria o personagem, falarei de Isis mais do que eu vou falar. Mas eu vou descrever, sobretudo uma Isis política, e uma injustiça, quer dizer, a grande injustiça aqui é a sua morte, o seu desaparecimento. Mas existe uma injustiça política em torno da Isis.

Isis é muito desfocada, nebulosa a sua vida política. E isso não, tentarei explicar o porquê. Ela parece uma militante que não se sabe bem por que foi uma militante como tal. Na verdade foi um grande quadro. Eu posso dizer isso, evidentemente, vivi com ela quatro anos, mas, sobretudo eu conheci Isis desde que ela começou o seu percurso revolucionário. Quem me apresentou Isis foi essa moça aqui.

Eles me apresentaram porque eles pertenciam ao Partido Comunista Brasileiro, e eu era o Secretário do Partido Comunista na USP. Era o responsável, na época a gente chamava de Secretário político, o companheiro ali da Geologia também se recorda disso. E era também o Secretário político, ou seja, o responsável por todos os universitários do Estado de São Paulo. Por motivos que não vamos entrar em detalhes eles me conheciam, e me apresentaram o que eles achavam uma excelente pessoa, um excelente quadro. Esse era o início, as primeiras semanas de 1965. Me recordo onde, quando, inclusive o banco que a gente estava sentado. E realmente Isis se revelou um quadro culto, hábil, muito inteligente, um pouco tímido.

Um pouco tímido não. A Isis tinha uma culpa minha. Eu me apaixonei por ela quase que imediatamente. Então, nós passamos a conviver muito juntos. Na medida em que avançava a ditadura, a repressão, eu também tinha sido designado para a direção do

diretório de São Paulo do Partido Comunista, ou seja, agora passava a ser um dos diligentes de todo o Estado comunista. Mas eu estava ali ao lado de alguns personagens complicados, porque o nosso Secretário diretamente político era o Carlos Marighela, o outro era o Câmara Ferreira, e outros, era tudo um bando de gente. Eu era juvenzinho, mas os outros. E eles me disseram, você se esconde, não apareça em assembleia, você não pode mais. E Isis começou a me acompanhar nesse tipo de vida. E por outro lado, sendo pessoa minha obviamente de absoluta confiança, eu imediatamente passei os contatos, passei ela para ter contatos com Câmara, Marighela, com Costa Pinto, etc. e etc. Jacob Gorender. Por exemplo, Jacob Gorender estava absolutamente clandestino, só eu sabia onde ele estava, eu era obrigado, não podia cobrir todos os clandestinos que eu tinha na mão, era ela que cobria as clandestinidades, várias. E era uma das coisas que, sobretudo, para um Partido Comunista na clandestinidade na época, mas para outras organizações também, era a coisa central, a mais séria, a mais complicada era a gráfica. Ninguém podia saber onde estava a gráfica. A gráfica era responsabilidade direta do Mario Ferreira e (ininteligível).

E Isis sabia da gráfica.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Deixa só eu dar uma interrompida. Como o seu depoimento vai ser bem forte e muito contundente, procura na hora em que você disser nomes, falar com bastante clareza senão o pessoal técnico depois tem dificuldade de recuperar o nome.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Por exemplo, o responsável da gráfica do Partido Comunista aqui era Câmara Ferreira, como responsável do que a gente chamava na época de agitação e propaganda. Mas quem trabalhava diretamente na gráfica era um grande companheiro que eu espero ainda nesse mês de março, no final de março fazer uma homenagem a ele, para conhecerem, quem foi Dario Canale, grande companheiro muito amigo deles. E Dário Canale.

Dario Canale foi um grande companheiro do PCB, depois da ALN, posteriormente da tendência (ininteligível) ALN, com um pouco de conhecimento.

Por exemplo, Isis era uma pessoa que tinha o contato e o conhecimento da gráfica, e isso era uma coisa, e se isso para quem é jovem, para quem lutou na clandestinidade, eu sei que a Criméia sabe bem o que é isso e, sobretudo a Amelinha, que era responsável de uma outra gráfica, de um outro Partido, sabe como essa coisa era. Só quadros absolutamente confiáveis podiam participar disso e de tantas outras coisas. Isis acompanhou o drama da discussão terrível que foi àqueles anos de 66, 67, dentro do Partido Comunista, dissidência universitária, crise do Partido Comunista, terrível de visão que ela também viveu. Ela tinha esses contatos com Apolônio de Carvalho, com Mario Alves que foi a criação depois do PCBR, e nós que ficamos com Carlos Marighela e Câmara Ferreira no agrupamento comunista de São Paulo que posteriormente daria origem a Ação de Libertação Nacional, ALN. Tem um pequeno erro nessa apresentação que vocês fizeram, não invalida nada. Nós trabalhávamos muito, tinha um certo problema. A família da Isis não era rica e a minha muito menos, nós tínhamos que sobreviver fazendo um monte de coisas ao mesmo tempo. Nós trabalhávamos no cursinho, não no grêmio da Faculdade de Filosofia, era um outro cursinho, um cursinho pré USP, que era feito todos de pessoas que vinham da Filosofia, mas que era uma cobertura muito poderosa ao PCB e posteriormente a ALN. Aliás, Mário Magalhães vai citar esse fato no seu livro, aquele cursinho era realmente, e depois nós tínhamos um outro cursinho que trabalhávamos no Jabaquara. Então, nós trabalhávamos no cursinho eu e ela, tanto lá no Jabaquara. Você lembra-se disso? Rua das Rosas, era por ali, não me recordo bem. Mas é que era uma correria. O pré USP era na Liberdade.

O SR. – (inaudível – fora do microfone).

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Exatamente, era no bairro da Saúde. Nós tínhamos trabalhado nesses dois cursinhos. Os dois cursinhos eram o esquema. Evidentemente existia uma contradição, porque a gente queria fazer um cursinho para pobre para fazer trabalho de massa, e ao mesmo tempo estava andando com revólver no bolso, era uma doideira. Mas isso é um outro problema. Então, era isso. Até que foi decidido, foi proposto, essa história era mais conhecida, foi proposto ir para Cuba. Ela foi para Cuba, fez uma série de cursos, não pertenceu a nenhum dos Exércitos porque às vezes sai nos livros, primeiro, segundo, terceiro Exército. Isso era uma brincadeira nossa porque sendo um grupinho de nada, tendo que combater contra Exército a gente dizia primeiro, segundo, terceiro Exército, não era uma coisa séria. Mas é que às vezes sai sério nos livros.

Eu vi Isis na última vez, rapidamente foi no início de 1970. Rapidamente ela voltou, foi para a Europa e não tivemos mais contato. Outros poderão contar o que foi essa luta desesperada, porque ela já chegou em uma situação desesperada para a ALN, quer dizer, a situação era desesperada.

Eu era absolutamente contrário que o pessoal voltasse naquela situação. Depois disso ficou explicitado em um documento que eu assinei que foi a autocrítica necessária. Mas eu queria nesse rápido desenho que eu dei, dizer que Isis foi uma militante, todo o período que eu estive com ela. Nos casamos em abril de 1967. Só para constar, isso é conhecido. Nos casamos em abril de 1967, eu quero dizer que ela foi uma das militantes mais completas que eu tive a chance de trabalhar. Não vou dizer viver, porque isso poderia ser uma questão minha, pessoal. Mas eu conheci muitos quadros. Sendo um diligente, conheci muitos quadros. E ela era um quadro excepcional. Mas era excepcional não porque eu digo, mas porque eu dizia a Carlos Marighela, eu dizia a Câmara Ferreira, porque eu dizia a Jacob Gorender, porque eu dizia aos seus companheiros.

Eu acho que isso um dia tem que ser resgatado, esse aspecto da Isis. Eu quero terminar, a menos que você tenha perguntas agora, pode fazer depois.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu não entendi a situação. Desesperada ou desesperadora? Isso que eu não entendi.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Às vezes eu confundo línguas. Vivi muitos anos pela Europa em alguns países, e se eu fico emocionado me confundo. Não é que eu acho, é uma situação objetiva. Em 1970 a situação da ALN era uma situação que eu achava desesperada. Ou seja, estava dentro do que nós, na nossa linguagem, chamamos de cerco estratégico. Eu acho que o ilustre Deputado sentiu na carne essa situação de dificuldade que vivia a organização. Isso por um lado, em minha opinião, totalmente minha, por um lado eu achava um erro continuar com aquele tipo de batalha dentro do cerco, mas para os companheiros que continuaram essa batalha dentro daquele cerco, é coisa de um heroísmo extraordinário. Eu não sei quantas vezes nós vamos ter que reverenciar quem fez aquele tipo de luta naquele tipo de quadro político.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E aí a Isis, você a coloca no quadro impressionante da militância. Você estava fazendo referência a Isis, ao desempenho dela. Fala um pouquinho mais sobre isso. É importante.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Eu não sei. Eu preferiria até depois voltar a falar sobre isso e eu vou explicar o porquê. Eu queria falar duas ou três coisas muito simples que extrapola um pouco a Isis. Eu gostaria depois que a Sonia falasse. Poderíamos até voltar a falar sobre isso depois que a Sonia voltasse. Eu não conheço todo mundo, mas temos pelo menos outros dois companheiros que a conheceram e vão poder dizer alguma coisa. O que eu queria dizer é o seguinte, meu querido Presidente. Foi o que acenou o Dimas. Eu já vi esse documento, eu quero ver de novo, mas eu vou pedir que vocês peçam oficialmente como Comissão, ao arquivo nacional, o documento

informação número 4.057 de 11/09/1975 do SNI, onde dá uma lista de mortos e onde colocam Isis morta no dia 31 de janeiro de 1972, ou seja, morta quando foi presa. Por que eu acho esse documento importante? Porque é um documento interno do SNI, feito para eles, e é um documento de 11/09/75, três anos depois. Eu acho um documento importante.

Eu não vou, minha opinião, é que merece ser respeitado. Porque a luta titânica, não só dela, mas também dela, da Dona Felícia, nós vemos que tinha muitos chacais no meio, informações desencontradas. E isso não aconteceu só no caso da Dona Felícia. Aconteceu com outros desaparecidos. Tinham mitômanos, provocações, que continuava alimentando ilusões. (ininteligível) era crueldade mesmo da ditadura. Você citou o caso do goleiro Bruno e desses marginais. Não dá nem para comparar.

Aqueles caras eram muito piores. Muito piores! Eu entendo a sua comparação. Eles eram capazes até disso. O que nós temos lido, temos visto em documentos que chegam toda hora, é impressionante. Então, eu pediria que vocês como Comissão da Verdade, peçam imediatamente esse documento porque eu acho que pode ser acreditado.

Eu gostaria, vou dar uma opinião, uma opinião totalmente pessoal, é uma vontade. Uma esperança. Isis era uma atiradora excelente. Ela jamais andava desarmada. Era excepcional como atiradora. E estava absolutamente decidida a não se entregar viva. Esse documento diz que ela morre no dia que foi presa. Eu gostaria tanto que a gente conseguisse comprovar que ela morreu resistindo à prisão. Eu morreria feliz no momento em que eu soubesse disso. E eu acho que também para os seus amigos e familiares seria uma... Isso não invalida a luta de Dona Felícia, porque a Dona Felícia não lutou só pela Isis, ela lutou por tudo. E se hoje nós temos Comissão da Verdade, nós temos tudo, porque nós tivemos Donas Felícias da vida. Tivemos esses tipos de gente.

Eu vou lhe passar também Deputado, por favor. Existe um procedimento investigatório da Procuradoria Federal sobre o caso da Isis. O responsável é o Procurador...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Esses documentos que você está entregando, faz uma formalidade, lê eles, por favor.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – São um pouco longos. Eu vou lhe dizer, essa é uma informação que me vem do Procurador Sergio Suyama, que vocês conhecem. O procedimento investigatório criminal relacionado à sua esposa Isis Dias de Oliveira foi instaurado em 2012 e recebeu o número (muito longo o número, mas aqui está) o colega responsável pelo caso é o Procurador Antonio Passos Cabral. E etc.

E por que eu quero que fique com esse procedimento investigatório criminal? Porque qualquer coisa que sair, por favor, envie a eles. E pediria até uma coisa que eu sei que pode demorar muito, mas enviem essa sessão ao Procurador Federal. Isso enriquece, incentiva, algum dado cria. Porque o Procurador que é jovem, ele não sabe tudo, ele trabalha duramente em cima, mas tudo que vier, pode ajudar. Então, por favor, façam isso também.

Agora, eu pediria duas ou três coisas que eu sei que vocês não podem fazer milagre, mas eu pediria pensando na Dona Felícia, mas não somente na Dona Felícia. Esses 40 anos foram duríssimos, e se nós estamos avançando, tudo nós devemos. Tudo não, mas 95%, aos familiares de mortos e desaparecidos. Eu pediria que vocês incentivassem na deliberação final. Pedisse que fosse criado um monumento significativo, em local significativo aos familiares de mortos e desaparecidos. Não aos mortos, aos familiares. Aqueles que combateram, que nos trouxeram até aqui. Isso é necessário. Poucos conhecem. Os jovens não conhecem, tanta gente não conhece, o que foi a dolorosíssima luta desse pessoal, e o que eles contribuíram para a história do Brasil. temos que ter um monumento específico a esses familiares de mortos e desaparecidos. Eu não sei se existe essa ideia, mas se existir eu reforço. Por favor, façam isso.

Pediria uma coisa pequena, muito pequena, ridícula, mas...

Isis foi diversas vezes a minha cidade, eu sou de Bragança Paulista. E ela foi diversas vezes. Eu ia para lá. Ela ia junto, nós íamos passear. A Câmara Municipal da

minha cidade, Bragança Paulista se chama Palácio Presidente Médici. Eu iniciaria uma batalha contra isso.

Uma cidade que de certa forma desde que nós nos casamos tinha adotado a Isis, não pode ter uma Câmara Municipal com o nome do seu principal assassino. Ela morreu no momento em que ele era assassino. Nós sabemos que ele é o principal assassino. Naquele bando, ele é o principal. Levarei uma batalha para frente, mas pedirei que fique registrado isso aqui. A Câmara Municipal, casa do povo, da democracia daquela cidade de Bragança Paulista não pode chamar Palácio Presidente Médici. É uma vergonha para Bragança, é uma vergonha para o Estado de São Paulo ter isso.

Queridos amigos, Senhores e Senhoras, companheiros. Eu termino por aqui. Não quer dizer que estarei totalmente à disposição para responder perguntas. A minha proposta, é que Sonia complete esse quadro talvez de uma forma mais feminina, talvez de uma forma mais de amiga.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – José Luiz, claro que eu quero ouvir a Sonia, mas deixa eu entender, porque como isso aqui é depoimento e o seu depoimento é muito importante, é a primeira vez que você depõe aqui nessa Comissão, você se referiu ao período de São Paulo, e esse período até quando, essa militância?

Porque depois ela teve que ir embora para o Rio de Janeiro clandestina, não é isso? Explica melhor isso.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – É o seguinte, eu a vi e ela foi para Cuba em julho, agosto de 1968. Ela iria fazer um curso especial. Não faria parte dos grupos que foram formados. E ela foi. E deveria voltar em seis meses. Só que o problema dos seis meses, era um pouco mais. Deviam voltar em oito meses. Foi quando começaram as

grandes quedas da ALN. E aí as coisas começaram a complicar. Não só as grandes quedas da ALN no Brasil, mas existia também os problemas do exterior. Não era fácil. Hoje todo mundo brinca, o cara sai de Havana e chega em São Paulo. Era uma complicação terrível fazer isso.

Existiam perigos de controle da parte do inimigo, que não era só brasileiro. A ditadura brasileira tinha os seus apoios externos, que não eram poucos de um pequeno país do norte da América mais ou menos, e seus serviços secretos, então, Isis acabou ficando mais tempo em Cuba, e deve ter voltado no início de 1970. Nós nos separamos em um certo momento. Ela volta, eu diria que em abril...

O SR. – Em outubro de 69.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – (ininteligível) talvez eu já não sei porque dezembro, eu fiquei com isso na cabeça, mas pode ser. Então, voltou um ano depois de Cuba, e eu a vi no final de 69 da última vez, depois não vi mais Isis. Eu posso contar da militância dela voltando de Cuba a partir de novembro, dezembro, janeiro de 1970. Tem informações.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O AI5, ela veio e estava na (ininteligível). A barra estava pesadíssima.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Foi em 68 é claro. Ela volta no final de 69. A barra estava perigosíssima.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ela chega antes ou depois da morte do Marighela?

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Depois. Eu acho, ela chega depois. Então, eu até achava que era janeiro de 70. Mas posso me enganar.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Depois da morte do Marighela, porque é um marco fundamental que sinaliza. A morte de Marighela.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – (ininteligível). Bom, sobre esse dado exato, se eles recordam que foi imediatamente depois da morte de Costa e Silva, pode ser. Eu me recordava qualquer coisinha depois de...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Isso é só para ficar registrado. Depois da morte do Marighela, por exemplo. É um marco importante. E quando ela volta para o Brasil você não tem mais contato?

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Não. Não tenho mais contato.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ela chega a voltar para São Paulo e vocês não tem contato nunca mais?

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Não nos vimos mais.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Depois da volta de Cuba não se viram mais?

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Não nos vimos mais. Note bem, eu fiquei na Europa e depois no Peru.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Em que período?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Adriano Diogo, só para constar, a gente fez uma pesquisa aqui, o Costa e Silva morre em 17 de dezembro de 69. Então, faz sentido o que eles falaram.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Depois da morte do Costa e Silva.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Eu lembrava em janeiro. Eu tinha essa ideia do janeiro, porque ela saiu de Cuba em janeiro de 70. Eu saí e não voltei. Eu fui para o Peru, nós tínhamos problemas sérios de entrada no Brasil, era necessário abrir novas fronteiras, porque todo mundo entrava pelo mesmo lugar, quer dizer, aquilo estava uma coisa que...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quando você foi para o Peru?

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Em julho de 1970. Mas depois voltei para a Europa, e depois voltei para o Peru, depois fui para o Chile, depois voltei para a Europa. O golpe do Chile me pega na Alemanha, porque eu tinha feito parte de uma delegação, isso é outra história, uma delegação que estava, o Magrão que era do PCB que é um dos desaparecidos, o Governador José Serra, na época não Governador evidentemente. Alguém ligado ao grupo Heith. Nós tínhamos ido à Alemanha discutir a questão do acordo atômico. Tentar bloquear. Naquele momento eu estava...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você nunca foi preso?

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Fui detido e processado no golpe militar, no dia cinco ou seis de abril de 64, e tive o meu primeiro processo aberto ali.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então quer dizer, quando a Isis volta de Cuba você nunca mais a vê.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Não. Nunca mais a vi.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A gente podia passar para a Sonia, e aí a gente vai fazendo essa... Muito obrigado, José Luiz.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Bom dia a todos. Agradeço o convite e por estar aqui. É muito emocionante para mim.

Olha, eu vou dizer duas coisas que mostram qual foi a minha relação com a Isis. O retrato dela está pendurado na minha sala junto com os dos meus familiares. E eu tenho uma neta que se chama Isis. Acho que isso já indica.

Eu conheci a Isis em 64, quando nós éramos estudantes no cursinho do Grêmio da faculdade, para o vestibular de Ciências Sociais da USP. Ela tinha os cabelos longos, diferentemente do que aparece em todas as fotos. Era uma pessoa calada, tímida,

aparentemente introvertida. Ela fez pouquíssimos contatos com o pessoal da turma e eu creio até que eu tenha sido a única pessoa com que ela conviveu na época do cursinho. De agosto a dezembro de 64.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você estudou onde no colégio?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – No cursinho?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você fez científico ou clássico?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Eu tinha feito curso de secretariado, tinha trabalhado três anos como Secretária, e depois eu resolvi que eu queria fazer um curso superior, e eu fui fazer o cursinho então do Grêmio. Eu trabalhava de dia e estudava a noite. E ela também ia para o cursinho à noite. Eu tinha 21 anos e ela era um pouquinho mais velha que eu. Ela tinha parado também de estudar, ela tinha feito curso de artes se não me engano, na FAAP. Então, ela tinha também um intervalo antes de ir para a faculdade. Eu acho que ela era um pouquinho mais velha que eu. Nós estudamos juntas, em 64, durante todo esse período do cursinho, e particularmente nas vésperas do vestibular. Era um trabalho conjunto.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você era de São Paulo?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Sim, de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – De que bairro?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Eu morava naquela época em Vila Mariana, na Rua Cubatão. Ela morava na Lapa onde morava a Dona Felícia.

Bom, estudamos juntas, fizemos o vestibular, entramos na faculdade em 65, Ciências Sociais da USP. Era na Maria Antonia.

O cursinho do Grêmio, na mesma maneira que o Roio falou naquele cursinho que ele trabalhou, era um preâmbulo da vida política na época porque a Faculdade de Filosofia da USP fervia depois do golpe de 64, a gente entrou no cursinho logo depois de agosto de 64 e a gente começou a se familiarizar com as questões de ordem política ali. Não era propriamente um recrutamento político. Mas era a discussão, os temas que vinham à tona que já ia nos familiarizando. E quando entramos na faculdade, a Faculdade de Filosofia realmente fervilhava de política. Para vocês terem uma ideia, eu só fiz três disciplinas no primeiro ano, porque era muito mais importante ir para as assembleias do Grêmio que eram frequentes, eram quase que diárias. E o ano de 65 foi o ano, aqueles que têm a minha idade se lembram, das passeatas estudantis. Então, o que era a tarefa dos estudantes que o Grêmio mesmo, o próprio Grêmio...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Já era setembradas?
Aqueles jornadas de luta, as passeatas de setembro?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Houve várias passeatas. Eu tenho muito claro na memória especialmente uma que tinha sido oficialmente proibida, mas que tinha uma logística extraordinária de preparação porque as pessoas saiam para um ponto no centro da cidade, chegava lá, encontrava duas ou três pessoas que indicavam outro ponto e assim umas três ou quatro vezes, até que de repente estava todo mundo no Largo do Paissandu e a passeata saiu. Uma coisa impressionante, e isso era em 65. E assim, sai, anda, depois vêm os cavalos, e a gente tinha estilingue com bolinha de gude para derrubar os cavalos. Enfim, as armas que se tinham era os estilingues com as bolinhas de gude. A ordem era, se a cavalaria vier, dispersa, vai cada um para um lado, entra no primeiro carro que passar e vai embora. Depois vai retorna em outro lugar.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você lembra quem era o Presidente do Grêmio da Filosofia?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Andre. Não me lembro o sobrenome dele.

Bom, 65. 66 continuamos dessa forma. Eu conheci o Valdizar meu marido, está aqui, em 65. E ele era do PCB, recém-chegado da União Soviética, foi direto para a Faculdade de Filosofia. Ficou um tempo no CRUSP.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você morava no CRUSP também?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Não. Morava com a minha família, em casa.

E a gente continuou na militância do PCB. Era uma militância até leve naquela época ainda. Em 67 nós nos casamos. E logo depois houve o racha do Partido Comunista Brasileiro em vários outros agrupamentos. E nós optamos na época, até porque nós tínhamos mais identificação com a linha política do PCBR.

Então, no nosso apartamento no Paraíso, juntinho da Praça Oswaldo Cruz foi feita uma reunião importante com os membros, esses todos que você falou, os mais velhos, onde se definiu a separação. Participaram o Jacob Gorender, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, o Marighela, o Câmara Ferreira, que a gente chamava de Toledo, eram esses. A Isis não estava. Aí nós optamos por ficar no PCBR.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Seu marido também estava?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Também.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Como é o nome do seu marido?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Valdizar Pinto do Carmo. Isso foi em início de 67. Como o caminho da militância da Isis seguiu um outro rumo, esse que o Roio falou, a gente passou a ter um contato menor. Mas o contato pessoal não desapareceu. Ela me visitava. A gente se via muito. Um dia ela chegou em casa com um folheto em espanhol para a gente fazer uma tradução. Era o livro do (ininteligível) sobre o foco.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Exato. Porque nós íamos fazer uma crítica sobre o livro do Debrét. E precisava dessa tradução exatamente para a gráfica. Como a Isis estava responsável por imprimir o livro, ela acabou pedindo para você.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – E a gente fez a tradução, aliás, com grandes críticas também. Sempre fizemos essa crítica.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Desculpa, já que o Del Roio fez essa interrupção. Como vocês que eram do PCB aqui de São Paulo, tinha dissidência, e como é que vocês fizeram opção pelo BR?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Porque a gente tinha feito contato, aliás, quem me apresentou o Jacob Gorender foi a Isis. Ela levou o Gorender na minha casa quando eu morava com a minha família ainda. E a gente passou a ter um contato muito frequente com o Gorender, depois com o Mário Alves, logo depois que nós casamos o Mario Alves veio para São Paulo clandestino, ele morava em Minas, Belo Horizonte, veio para São Paulo e ficou hospedado na nossa casa.

Então, a gente passou a ter um contato mais próximo com esse grupo que era o Jacob Gorender, Mario Alves e Apolônio de carvalho. Continuamos a ter encontros, o Câmara Ferreira nos visitava frequentemente no nosso apartamento. Ele levava abacaxi, que ele adorava, para comer lá em casa. Câmara Ferreira, quem vê o militante, o guerrilheiro, não imagina a pessoa doce, humana e querida que ele era também. Mas enfim, a nossa opção foi muito da convivência com esses três nomes, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e Mario Alves, que foram para o PCBR.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O Gorender era aqui de São Paulo?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – O Gorender estava em São Paulo clandestino.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O Apolônio também.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Não, o Apolônio morava no Rio de Janeiro, mas ele vinha frequentemente a São Paulo. E o Mario Alves era diário, inclusive a esposa dele trabalhou conosco, eu e ele, nós trabalhamos na Prefeitura de Osasco e levamos ela lá para fazer um trabalho. Ela era nutricionista. Então, nós tínhamos uma convivência diária com a esposa e a filha do Mario Alves. A Lucia.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E você continuava nas Ciências Sociais?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Mais ou menos. Em 65 eu fiz três matérias...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Mas a Isis continuou ou abandonou?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – A Isis eu acho que abandonou o curso. Eu não tenho certeza, mas acho que ela abandonou logo o curso, porque se ela foi para Cuba em 67.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – O problema foi o seguinte, depois da setembrada que você perguntou que era em 1966, eu já era do comitê estadual e ela era

também da ação juvenil nacional. Estava morrendo tanto cargo e tanta... E a situação estava piorando.

Eu e a Isis estávamos juntos todos os dias, nós nos víamos todos os dias. E ela tinha um acúmulo de tarefas em função disso, porque ela encontrava também esse pessoalzinho que você falou, porque naquele momento era bastante confuso ainda. A desgraça vinha depois. Não importa, mas essa divisão entre a ALN e o PCBR foi uma das coisas mais terríveis que eu vivi na vida. Porque era impossível que aquele grupo se fragmentasse. Pode ser que desse tudo errado a mesma coisa, e morresse todo mundo. Mas para mim aquela fragmentação foi dolorosíssima, e também para eles. Então, Isis estava assoberbada de tarefas. De manhã até de noite ela tinha coisa para fazer, e esses encontros às vezes eram encontros de perda de tempo, porque você encontra um Câmara Ferreira aqui e depois encontra um Mario Alves, você passa duas horas vazio, mas não pode fazer nada e depois tem que se recolher porque pode ser seguida. Então, essa era uma das coisas que eu queria dizer, ela praticamente abandona o curso porque não pode por o pé lá dentro, porque é perigoso. Já foi um primeiro sacrifício. Por isso que eu digo que ela é pouco conhecida como militante, porque ela teve que acionar a Sonia. E a Sonia é pouquíssimo conhecida como militante porque ela teve que ficar trabalhando com o Mario Alves e Gorender e não pode ficar falando, e nem ficar indo para a assembleia.

Bom, não vou interromper mais, Sonia.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Imagina. Eu acho ótimo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O que eu quero saber, uma pergunta que está atrás disso é a seguinte, a nossa cabine de som sofreu um assédio, deixa só eu esclarecer porque senão eu também não tenho condições de

continuar. Vou suspender o trabalho por cinco minutos, só para fazer um esclarecimento. Só vieram requisitar as fitas. Retomando.

Sonia, você conviveu com a Isis?

O SR. – (inaudível – fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Depois você vem para a mesa? Então, por favor, fala no microfone, ajuda a complementar esse depoimento da Sonia. Professor Everaldo Gonçalves, da Geologia.

O SR. EVERALDO GONÇALVES – Eu fiz vestibular na USP em 65, o mesmo ano em que a Isis entrou. Eu entrei para Geologia que naquela época era na Maria Antonia.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Na Glete.

O SR. EVERALDO GONÇALVES – Geologia naquela época ainda fazia parte de Ciências e Letras da USP.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Era na Maria Antonia a Geologia, não era nem na Gleite ainda?

O SR. EVERALDO GONÇALVES – Fazia parte do conjunto. E era na Gleite. Mas fizemos o cursinho junto do Grêmio em 64, na segunda véspera do semi-intensivo. E posteriormente, era isso que eu gostaria de esclarecer, é que a Isis posteriormente em 65 trabalhou também na unidade do cursinho do Grêmio na Martinico Prado. Era o Jocimar Arcanjo o diretor e ela foi funcionária efetiva do cursinho. Você fala que ela trabalhou no pré USP, pode ser que tenha trabalhado também. Mas no cursinho do Grêmio da Filosofia eu tenho certeza absoluta em 65.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Eu creio que não. Del Roio também acha que não.

O SR. JOSÉ LUIZ DEL ROIO – Ela foi várias vezes no cursinho do Grêmio porque existia todo um trabalho político para ser feito. O Grêmio era uma bela divisão entre o PCB e o (ininteligível) e a Isis ia lá como responsável política do PCB a discutir algumas questões do cursinho. Mas não como funcionária.

O SR. EVERALDO GONÇALVES – Talvez fosse tão bem feito que dava a impressão até para os amigos que tivesse um vínculo. Só essa contribuição.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Eu vou só complementar, voltando um pouquinho atrás que escapou e eu acho importante registrar. Quando a gente entrou na Faculdade de Filosofia que eu falei que aquilo fervilhava, eram vários grupos políticos que atuavam lá. Que eu me lembre assim, os mais evidentes, a Ação Popular, a POLOP, a 4ª Internacional com uma figura interessante, o PCB, PCdoB era menorzinho, não tinha muita expressão.

Então, quando os alunos entravam na faculdade e começavam a frequentar a assembleia, todo mundo estava de olho para recrutar. Aí era assim, uma convivência que levaria certamente a militância. Aí é só um parêntese, voltando um pouquinho atrás.

Retomando, 67 nós encontramos a Isis algumas vezes. Ela nos visitou algumas vezes em casa. Teve esse episódio da tradução do Debrét, 68 não vimos mais. Aí realmente não nos encontramos mais com ela. Se eu não me engano, nós mantivemos ainda um contato com a Dona Felícia nesse período todo. Ela visitava a gente. Eu me lembro de ela visitando a gente nesse período todo, meu filho era pequeno. E ele nasceu em 68, meu primeiro. Em 69 continuamos nossa militância com esse grupo e não vimos mais a Isis. Em janeiro de 70 nós fomos presos, eu e ele. Eu fiquei 45 dias no DOPS, ele ficou dois anos no Presídio Tiradentes.

Quando eu saí do DOPS mais ou menos em final de fevereiro de 1970, eu estava grávida da minha segunda filha. Eu vi uma vez a Isis na rua. Eu estava dentro do ônibus, eu não consegui sair para encontrar com ela. Mas eu a vi, tenho certeza. Depois de alguma forma ela teve condições de marcar um contato comigo, e a gente se encontrou e conversamos. Isso já foi entre março, abril de 70.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você não tinha sido presa ainda?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Eu já tinha sido e já tinha saído. Porque eu fiquei só 45 dias.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E seu marido?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Estava preso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você conseguiu um contato com ela?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Ela conseguiu contato comigo. Eu não sei como ela me encontrou. Mas ela me encontrou porque eu tinha mudado inclusive de casa. Mas ela tinha todos os contatos para conseguir me encontrar. Depois que minha filha nasceu, ela nasceu em julho de 70, a Isis me visitou na minha casa, um dia chegou de surpresa, e foi a última vez que eu a vi. Foi provavelmente em setembro de 1970.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Seu marido continuava preso?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Continuava.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você já tinha dois filhos.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Tinha.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E ela foi na sua casa sozinha?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Sozinha. Foi até engraçado porque eu sou até um pouco distraída, imagina em 1970 fazer isso era uma temeridade, mas eu dormi com a porta aberta, e quando eu acordei a Isis estava do meu lado. Levei o maior susto.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você morava onde?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Morava na Vila Clementino. Na Rua dos Otonis. Morava lá já quando a gente foi preso. E depois disso nós não tivemos mais contato.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vocês foram processados pelo PCB e presos pelo PCBR.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Sim, eu não fui indiciada. Eu saí sem indiciamento. Meu marido foi processado, ficou dois anos preso. Saiu no dia 24 de dezembro de 1971, portanto, poucos dias antes da prisão da Isis. E o passo seguinte foi à visita da Dona Felícia já informando que tinha recebido um comunicado de uma pessoa dizendo que a Isis tinha sido presa e pedindo para a gente orientar o caminho das pedras, o que ela devia fazer. E nós indicamos uma advogada do Rio de Janeiro, a Dra. Eni que a gente conhecia, que tinha participado do processo do grupo do PCBR em São Paulo. E depois nós nos vimos algumas vezes. A Dona Felícia me visitava, a gente manteve um contato. Depois eu estive na cerimônia de inauguração da Praça na Lapa, que era em frente à casa de vocês.

E em 1995, aí é uma coisa muito pessoal minha, mas a Dona Felícia me deu um apoio extraordinário, porque eu tive que fazer uma cirurgia aqui em São Paulo e eu não morava mais em São Paulo. Eu morava em Araraquara e dava aula na UNESP em Araraquara. E tive que ficar 15 dias em São Paulo na recuperação dessa cirurgia. E eu pedi a ela e ela abriu as portas do apartamento dela. Eu fiquei 15 dias com ela. E nesses 15 dias a gente conversou muito sobre toda essa trajetória dela, mas era muito confuso. Eu não consigo reconstituir porque era muito confuso o relato dela, inclusive sobre todos os passos que ela deu. Sobre que ela foi para Londres porque tinha uma informação falsa de que tinha uma Isis que morava lá. A luta dela no grupo Tortura Nunca Mais. A gente conversou muito. Teve bastante contato. Eu assisti alguns vídeos

na casa dela. Ela me deu uma pasta com cópia de documentos, com toda a trajetória dela.

Essa pasta está hoje com a minha filha, porque quando a minha neta ia nascer, a Isis, a minha filha quis conhecer melhor a história, e essa pasta de documentos está com a minha filha. Eu ainda tenho. Inclusive um poema maravilhoso que a Dona Felícia escreveu para a filha.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você trouxe essa pasta?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Não trouxe. Está com a minha filha, mas eu posso me comprometer a encaminhar.

Depois disso a minha neta nasceu. Minha netinha nasceu em fevereiro de 2005, e eu fiz a última visita, quando eu vi a Dona Felícia que eu levei a minha filha e minha neta para ela conhecer. Inclusive ela deu uma pulseirinha escrita Isis. É isso. Não tenho mais...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quando ela visitou a Sra. da última vez, como foi? A Isis não foi visitar?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Sim.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ela falou do período que ela estava no Rio de Janeiro, que foi uma coisa difícilíssima. Ela tinha um ferimento no pescoço.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Não tinha ainda. Eu comentei isso com o Del Roio, a gente se encontrou no sábado. Que nesses dois encontros que eu tive com ela, a gente praticamente não conversou nada sobre política. Porque a situação dela era tão pesada, que eu acho que não podia vazar nada. E foi muito por alto. Eu contei da prisão. E foi mesmo um encontro de amigas, um encontro pessoal.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Entendi. Se a Senhora puder mandar a pasta que tiver.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Sim, eu vou encaminhar.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Muito obrigado. A Senhora dá aula em Araraquara?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Eu não dou mais. Já estou aposentada. Eu dei aula em Araraquara até 2003.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Professora da universidade?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Sim, da UNESP.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A Sra. mora em Araraquara ainda?

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Não moro. Moro agora em Itatiba. Eu estava dizendo ao Del Roio que eu cheguei atrasada porque eu saí da minha casa as sete e meia e consegui chegar aqui depois das 11.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Cuidado que essa semana foi removido para Itatiba o delegado Carlinhos Metralha, malfadado.

A SRA. SONIA IRENE DO CARMO – Sabemos do delegado. Era braço direito do Fleury, certo?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Sim. Bom, então a Amélia e o Ivan vão fazer... Alguém gostaria de falar mais alguma coisa? A Ciências Sociais, o representante dos estudantes.

Gostaria que o pessoal da Ciências Sociais da USP, o Rafael usasse a palavra. O centro acadêmico da Ciências Sociais que tem o nome da Isis.

O SR. RAFAEL PACHECO MARINHO – Bom dia a todas e todos. Eu vou fazer uma fala bem rápida na verdade, para situar nesse debate o momento em que a USP passa em relação aos temas de memória, verdade e justiça, e apontar também o porquê que nós decidimos dar o nome da Isis para o nosso centro acadêmico.

Eu sou Rafael Pacheco Marinho e estou aqui representando o centro universitário de pesquisas e estudos sociais, que é o centro acadêmico dos estudantes de Ciências Sociais da USP.

Antes de qualquer coisa eu queria cumprimentar a Comissão, o Adriano Diogo, os assessores, os membros e também a mesa. Eu fico muito satisfeito e muito honrado pelo convite, mas também bastante inquieto pelo objeto que é tratado aqui, enfim, pela sua gravidade. E eu vou nessa fala tentar resgatar na verdade, um diálogo que a gente já fez no rebatismo da entidade.

Brevemente o CEUCS, muitos devem conhecer essa história, mas ele é fundado em 57. Um centro de estudos ainda no prédio da Maria Antonia. Posteriormente é fechado e aberto só no início da década de 70, em 71 e 72 que já era o período em que a Isis estava desaparecida.

Dando um salto agora bem grande já para os tempos atuais. A renumeração que nós fizemos do centro acadêmico que é muito recente, é do final do ano passado, ela é do nosso entendimento, uma iniciativa histórica ali dentro na USP. E bastante oportuna se a gente considerar essa alavancada do debate, e também uma certa medida, uma elevação da militância por memória, justiça em âmbito nacional, que é possibilitada pela instauração da Comissão Nacional da Verdade, sem esquecer de todos os problemas que isso envolve, mas esse é o nosso primeiro passo na disputa pela memória, ao menos ali no âmbito da sociedade. Foi uma iniciativa também que não é descolada, de uma movimentação que é mais ampla na USP agora recentemente, mas é parte integrante desse movimento que tem sido encabeçada por uma articulação que recebe o nome de fórum aberto pela democratização USP, que o CEUSP participa, que o CEUSP compõe e que tem levado a frente uma campanha pela criação de uma Comissão da Verdade da USP, considerando o lugar e o papel que essa instituição teve durante a ditadura e a relação que é bastante próxima e bastante direta por essas questões.

Esse interesse na USP tem crescido recentemente e inclusive até do CRUSP, o projeto Memórias Reveladas de Franca, está fazendo um novo filme agora, um documentário que não é sobre a história do CRUSP, o anterior como a gente tinha, mas que é a história do CRUSP e da militância política no CRUSP durante a ditadura. Então, é um interesse sobre a USP na ditadura que tem crescido nesses últimos tempos, e no qual a gente se insere também.

Bom, o CEUSP então, nesse período de consolidação da necessidade de uma construção da narrativa histórica da USP, ele dá o seu primeiro passo nessa caminhada, criando uma Comissão de memória. E essa Comissão de memória faz uma pesquisa no arquivo nacional, no fundo documental do serviço nacional de informações do arquivo nacional, com documentos que citassem o CEUSP ou fizesse referência ao movimento estudantil do curso de Ciências Sociais da USP durante esse período. Enfim, nós conseguimos alguns resultados, não muitos ainda por uma série de dificuldades, o CEUSP muda a sua sigla quando é refundado, então tem essa dificuldade de encontrar também, e achar as palavras chaves mais certas para a gente fazer a pesquisa.

Nesse momento então que a gente está tentando fazer uma reconstrução da memória da entidade, que é parte também da história da militância e da resistência do

país, como foi dito no dia da renumeração, o CEUSP assume essa disputa, mas assumindo um lado também que é um lado, que foi o lado da Isis e que foi o lado de pessoas que continuam aí e fazendo essa luta, diariamente. Nas Ciências Sociais não só a Isis, mas da lista de mortos e desaparecidos nós temos mais quatro. O Fernando Borges de Paula Ferreira, Francisco José de Oliveira, a Maria Regina Marcondes Pinto e a Jane Vanile que também merecem ser lembrados, enfim, a memória retomada.

Dentro dessa tentativa nossa de reconstruir a trajetória, vamos dizer assim, ou a atuação dos estudantes de Ciências Sociais na resistência, nós entendemos também que não apenas a Isis, mas há outros que constam nas listas oficiais de mortos e desaparecidos que devem também ser lembrados. E essas pessoas são Fernando Borges de Paula Ferreira, Francisco José de Oliveira, Maria Regina Marcondes Pinto e Jane Vanile.

A renumeração do CEUSP aconteceu de fato no dia 01/11/2012 que durante as comemorações dos 55 anos da entidade. Então, não só comemoramos que apesar de tudo que lhe aconteceu ela se mantém há 55 anos, mas inseridos nessa disputa e nessa movimentação que está na USP, mas não só na USP, mas que está no país todo. A gente resolveu rebatizar ou renomear o CEUSP. Nessa oportunidade estiveram conosco o Dimas que está aqui, o José Carlos, o José Luiz Del Roio e o Ivan Seixas.

Por que então renomear uma entidade estudantil? Essa iniciativa nossa na verdade, nós entendemos ela como uma política necessária de memória que no curto prazo tem o objetivo de internalizar na USP o debate sobre memória, verdade, justiça, bem como trazer a tona não apenas a colaboração da universidade que já é comprovada e já é de amplo conhecimento. A colaboração dos órgãos internos da USP com os órgãos de informação e de repressão, mas também essa iniciativa pretende demonstrar como em diversos casos a USP também colabora, mas se omite de se responsabilizar e mesmo de se reparar e de refazer, expurgar e refazer mecanismos que continuam, que se mantiveram na estrutura da universidade e que ainda operam ali dentro. Mecanismos introduzidos pela ditadura e que ainda funcionam, ainda tem a sua eficácia.

Essa configuração da estrutura institucional da USP que também foi forjada a partir do ato institucional número cinco e que tem cristalizada nela essas intervenções

da ditadura, acabou por criar uma certa cultura política, acabou por cristalizar uma lógica autoritária ali dentro que se reproduz com todos os prejuízos que podem trazer.

Essa iniciativa em um plano mais longo, em um longo prazo, ela tem o objetivo de reinserir ou reescrever na história, e no seu devido lugar sem ter que esconder ou omitir, uma das figuras de importância na luta pela democracia e pela justiça social no Brasil e com a peculiaridade de ter sido estudante do nosso curso, e ter compartilhado também parte da história, da dinâmica política dali que é bem específica, e teve já na sua história figuras como a Isis.

Nesse sentido a gente tenta além de tratar do papel da entidade nessa luta por democracia, pretende também em certo sentido pressionar a USP a reconhecer e a recontar a sua história, considerando esses fatos que não constam no seu discurso oficial. A partir então dessa renumeração, o próprio CEUSP passou a recontar uma história e a refazer uma memória institucional que até hoje é negada.

Outro aspecto também que até me surpreendeu o texto que a Amelinha leu, porque adiantou parte do que eu ia dizer, é que ao homenagear a Isis, houve uma intenção de fazer na verdade uma homenagem às mulheres lutadoras e de ressaltar o papel que é cada vez mais demonstrado, cada vez mais incontestável da importantíssima, da grandiosíssima importância das mulheres na militância e na subversão como foi dito, de princípios repressores da sociedade patriarcal e etc.

Porque a Isis então? O nome da Isis para ser do nosso centro acadêmico foi aprovado por estudantes do nosso curso em assembleia realizada no final do segundo semestre de 2012, e ela é acompanhada também por outro evento muito significativo que é a fundação da Associação de Pós Graduandos da USP, que agora leva o nome da Helenira Resende, então o rebatismo do CEUSP está atrelado. Eu cito isso na verdade para demonstrar que existe de fato uma movimentação mais ampla na USP que está disputando contar essa história.

Em um primeiro momento o nome da Isis é importante e adequado pelo próprio reconhecimento da sua biografia que tem uma série de problemas para ser considerado porque como o Del Roio nos disse naquela oportunidade e nos lembra agora, a Isis por uma orientação teve de desaparecer. Não desaparecer, mas ela teve que não aparecer. Se esconder. Esse aspecto que é um problema para os historiadores, e não é só

para eles, é para nós também porque enfim, temos um reconhecimento e um reconhecimento parcial da história da participação dela, mas que é complementado também e por isso eu ressalto a importância da participação do CEUSP aqui, porque em certo sentido é a primeira oportunidade em que nós escutamos um pouco mais aprofundada a história da Isis, porque isso não consta nos relatos, seja do dossiê, ou seja, do próprio grupo Tortura Nunca Mais que são bases que a gente tem, mas que são informações geralmente que são externas. A gente não tem um conhecimento muito aprofundado da biografia dela.

Bom, por fim agora, quero lembrar mais uma coisa que o Del Roio nos disse naquele dia e que ficou marcado que é, primeiro de nós termos escolhido um bom nome para o nosso centro acadêmico, quanto a isso não há dúvidas. E a segunda foi um alerta que nos foi dado quanto à responsabilidade de carregar esse nome. E agora acompanhando esses depoimentos, a gente percebe que de fato é um nome que exige muito de nós e que há disposição dentro das nossas possibilidades, dentro do que a gente pode e deve fazer no âmbito da universidade, carregar essa responsabilidade e não deixar que não envergonhar a história.

Bom, a Isis então representa dentro disso tudo quão antiga e urgente é essa disputa, essa luta por uma sociedade igualmente democrática e justa, e é uma luta que a gente tenta fazer também parte disso na universidade, entendendo que a situação atual da USP é bastante calamitosa e tem uma série de elementos de continuidade como eu tinha dito, enfim, a questão de processos de legitimidade agora. De regimento disciplinar que é uma cópia reduzida do AI5 que vigora ainda na USP para sanções disciplinares de estudantes e de docentes também.

Então, em certo sentido nós caminhamos nessa movimentação também no sentido de refazer essas estruturas, quebrar essas continuidades que ainda vigoram lá na USP. Bom, eu gostaria por fim de agradecer então ao convite da Comissão, de cumprimentar mais uma vez a mesa, de agradecer o apoio que a Comissão da Assembleia Legislativa tem dado a campanha da Comissão da Verdade da USP que nós esperamos que saia logo, porque tem muita coisa para fazer. E em nome dos estudantes de Ciências Sociais e dos meus colegas do CEUSP que estão aí também, dizer que nós

estamos à disposição a colaborar-nos que nos for possível, dentro das nossas possibilidades. É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Eu só queria falar uma coisa para os dois irmãos antes de Amelinha. Primeiro preciso fazer a parte formal aqui. Amanha Mulheres do Araguaia, depois de amanhã, quinta-feira. Sete de março as 10 e meia mulheres paulistas desaparecidas no Araguaia. Helenira Resende, Maria Lucia Petit, Sueli Canayama e Luiza Augusta.

Então, é evidente que essa sessão do Araguaia vai ser muito forte, muito importante, está bem preparada. Quinta feira às 10 e meia, dia sete, as quatro mulheres de São Paulo que desapareceram do Araguaia. A Sueli era da Letras.

Queria falar o seguinte, encaminhamentos. Caso Isis de Oliveira, requisitar ao arquivo nacional o documento 4.097 de 11/09/75 do SNI que indica Isis, quais foram às condições da morte e desaparecimento da Isis. O relatório é de 31 de janeiro de 72.

Requisitar cópia do procedimento investigatório do Ministério Público Federal sobre responsabilidade do Procurador da República Antonio Passos Cabral. Enviar ao Procurador Antonio Passos Cabral cópia da transcrição da presente audiência. Pedido a Câmara Municipal de Bragança para mudança do nome da Câmara Municipal de Presidente Médici. Inclusive o Prefeito lá recém-eleito é do PT. E que no dia, ao meio dia e meia na Geologia vai haver a caravana da anistia, onde vão ser lembrados o Alexandre Vanucchi Leme e o Reinaldo Muti Queiroz. Sexta-feira dia 15 ao meio dia, caravana da anistia lá na Geologia do meio dia as duas, fazendo a memória de Alexandre Vanucchi Leme.

Solicitar a Sonia o poema escrito pela Dona Felícia e demais documentos. Para recomendações da Comissão, incluir a proposta da construção do Memorial aos Familiares de Mortos e Desaparecidos. Sugestão do Del Roio.

Antes de a gente encerrar e a Amelinha vai fazer, eu queria fazer uma fala para os dois irmãos familiares.

Quando foi criada essa Comissão, eu tive uma conversa com o Paulo Vanucchi e com o Ivan, e eles me falaram que a responsabilidade seria a criação dessa Comissão antes mesmo da Nacional. E a Amelinha me procurou e falou, Adriano, a coisa que mais me norteia é a vida e o trabalho da Dona Felícia. Então, a gente instalar essa Comissão, a gente até pensou em dar o nome da Isis pela Isis e pela mãe de vocês. Porque foi uma das pessoas mais exemplares nessa luta. Então, eu vou dizer uma coisa curta não política. Enquanto a história da Isis não for contada, enquanto os seus assassinos não forem punidos, a ditadura não acabou. Essa coisa que eles chamam de democracia que tem no Brasil é uma farsa, porque enquanto os assassinos dos 540 brasileiros e outros tantos que foram mutilados não aparecerem e não forem julgados, não haverá democracia. E é por isso que tem essa democracia meia boca que ninguém respeita no Brasil. a história só poderá passar a diante e esse país ser um país civilizado se essa história por contada. Porque os órgãos de repressão que estavam concentrados nesses aparatos foram espalhados pelo Brasil inteiro. Não foram só os delegados que foram para Itatiba, Presidente Prudente, toda a estrutura da repressão está disseminada nos organismos secretos, e as pessoas são gravadas e vigiadas em todo o Brasil. enquanto tiver esse Estado paralelo dentro do Estado brasileiro, esse Estado policial clandestino investigando o povo brasileiro em suas relações de trabalho, nas fábricas, não haverá democracia.

Então, hoje nesse singelo depoimento que vocês vieram dar aqui, é a essência da democracia brasileira. A história da Isis precisa ser contada, e essa bobagem que os criminosos que desapareceram com o corpo dela não podem ser processados e punidos dentro das Leis da Justiça brasileira, da legalidade, mas tem que haver julgamento e punição. Muito obrigado por tudo que vocês fizeram a continuam fazendo. Vocês seguem a trajetória da mãe de vocês, lutando pela impunidade. Foram à primeira família que procurou aqui, foram vocês, e nós vamos continuar nessa luta, nessa trajetória.

O SR. IVAN SEIXAS – Com comoção eu digo o seguinte, vocês, todos vocês são muito generosos, muito obrigado.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Eu vou ler, nós aqui da Comissão da Verdade, nós da assessoria, nós fomos e acho que eu e o Ivan principalmente, que somos familiares de mortos e desaparecidos políticos, nós tivemos muito o norte de nossa luta pautado pela vida e pela ação da Dona Felícia. Porque a Dona Felícia é aquela mulher simples, muito meiguinha, muito calma, ela chegaria aqui, ficaria ali sentada, talvez ela ouvisse e se ela tivesse oportunidade, eu acho que ela ia dizer o seguinte, ela ia agradecer muito a audiência pública, mas ela ia dizer o seguinte, eu tenho o direito de saber onde está minha filha.

E com essa palavra, onde está minha filha, ela dizia assim, eu quero saber onde estão todos os desaparecidos políticos. Porque a Dona Felícia, a palavra dela nunca foi só pela filha, foi sempre por todos. E ela falava com o jeitinho dela assim, se ela está fazendo alguma coisa que o Governo não gosta, eles podiam prender, podiam manter em uma cadeia, e eu ia poder visitá-la, mas como? Ou então me entregar o corpo. Me falar onde está esse corpo. A Dona Felícia sempre procurou.

Então, quando o Adriano organizou e tomou a frente à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa, eu falei para ele, você não pode nunca esquecer as palavras da Dona Felícia, porque a Dona Felícia sempre procurou, ela em nenhum momento ela deixou de lembrar disso.

Eu quero, eu tenho o direito de saber o que fizeram com minha filha. Eu tenho o direito. Eu tenho meus filhos – ela gostava muito dos filhos, ela sempre falava isso – eu gosto dos meus filhos, mas a Isis me faz falta. Eu quero saber onde está a Isis.

E essa é uma pergunta que eu e o Ivan, eu acho que nós ouvimos o tempo todo a Dona Felícia fazendo essa pergunta. Esse momento dessa audiência pública, eu acho que a Dona Felícia tinha que ser lembrada, tem que ser trazida aqui para junto de nós, aquela força dela, aquela persistência, aquela delicadeza de colocar todas as questões aqui.

O pessoal pediu para ler uma das cartas da Dona Felícia, mas eu gostaria antes de destacar aqui que eu fiquei impressionada com o depoimento da Sonia, porque nós falamos das mulheres anônimas que participaram dessa luta, e você Sonia, não era

pouca coisa não. Você era uma mulher amiga da Isis, Isis Dias de Oliveira, isso já te dá uma responsabilidade maior do que as outras mulheres. E você fazer reuniões com Apolônio, com Mario Alves, com Joaquim Câmara Ferreira, com Marighela, gente, você era muito poderosa. E aí quando a gente fala que as mulheres que participaram dessa luta e muitas vezes não tem um nome, não tem destaque, nós não conhecemos, eu nunca tinha ouvido falar de você. Vim ouvir hoje, fiquei surpresa. E amiga do Del Roio ainda.

Eu fiquei, eu estou aqui muito observando que nós vamos fazer audiência dos filhos, das filhas, das crianças. A gente chama audiência das crianças que são os filhos, as filhas daquela época que muitas vezes foram sequestrados, presenciaram as torturas ou foram até ameaçadas de serem torturadas e foram até torturadas. A ditadura torturou crianças também.

E aí eu pensei, você já tinha um filho quando você foi presa. Você ficou 45 dias no DOPS e estava grávida. E você é uma daquelas mulheres que está sempre pensando, carregando aqui. Quando a gente leu o texto aqui e falou das mulheres, você é uma delas. Está aqui dentro da nossa inquietude. Você faz parte dessa história. Então, isso foi muito enriquecedor.

Aqui é uma carta da Dona Felícia, que ela escreve no dia 10 de abril de 1975.

‘Excelentíssimo Senhor Deputado José Bonifácio, líder da Arena. Lemos hoje nos jornais e ficamos perplexos com a resposta que nos foi dada a respeito do desaparecimento da nossa filha, Isis Dias de Oliveira, presa pelo 1º Exército no dia 28/01/1972 na Guanabara. É muito fácil Senhor Deputado, o Senhor Ministro da Justiça declarar que minha filha está foragida. Foragida de onde? De qual prisão? De qual quartel? De qual ilha? De qual base aérea? É esse o exato paradeiro dela? Uma filha que nunca ao se afastar de casa, carinhosa e amiga, deixou-nos sem notícias? Ficarei agora três anos e 12 meses em completo silêncio? O que queremos, eu que sou a mãe e em nome do seu pai, que se encontra enfermo, e seus irmãos, de nossos amigos e não só como familiares de uma jovem moça desaparecida nos órgãos de segurança de nossa tão querida pátria, é sabermos que depois de três anos e 12 meses de angústia, somente uma coisa. Seu exato paradeiro. Se se encontra no reino dos vivos, ou se se encontra na santa paz do Senhor. Respeitosamente, Felícia Mardini de Oliveira.’

Eu queria só por último lembrar o seguinte, a Dona Felícia fez uma exposição de fotos da Isis. Vocês lembram? Eu quero saber onde está essa exposição de fotos porque nós temos que retomar. Era toda a história da Isis, a história que ela foi juntando, era muito bonita essa exposição. Eu acho que no baú da Dona Felícia tem essa exposição. E a gente acho que devia trazer a público essa exposição. E muito obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A sessão está encerrada.

* * *